

# Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os próximos passos da inteligência artificial ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O preço do bronze ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo dá mau passo com IOF e amplia descrédito fiscal (Editorial) ..... 7

O GLOBO - RJ - CAPA  
SEGURIDADE SOCIAL

Fazenda calcula ressarcimento de aposentados em até R\$ 2 bilhões ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Oportunidade da reforma administrativa - HENRIQUE MEIRELLES ..... 10

DIÁRIO DA MANHÃ - GO  
SEGURIDADE SOCIAL

Começa nesta segunda reembolso de descontos indevidos do INSS ..... 11

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

A interminável fila da previdência social (Editorial) ..... 12

G1 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Saúde mental no trabalho: como o adiamento de punição às empresas pode afetar os  
trabalhadores? ..... 13

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

STF julga nesta semana novo recurso sobre revisão da vida toda do INSS ..... 15

A TARDE - SALVADOR - BA - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Cuidado com essa dupla - O CARRASCO ..... 17

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai simplificar os impostos ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Há salvação para a indústria brasileira? (Artigo) ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios e oportunidades da mineração em meio à Reforma Tributária ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mudança no IOF (Cartas dos Leitores) ..... 27

---

Segunda-Feira, 26 de Maio de 2025

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Fazenda planeja compensar recuo no IOF ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

IOF maior encarece crédito a empresas em meio a juro alto ..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
ECONOMIA

STF valida planos econômicos e prorroga adesão a acordo ..... 31

# Os próximos passos da inteligência artificial

» **MARIANA NIEDERAUER** » **ROBERTO FONSECA**

Em um cenário global de intensa transformação digital, o uso da inteligência artificial surge como um desafio diário para empresas e governos. Em entrevista ao Podcast do Correio, o presidente do Google Cloud para a América Latina, Eduardo Lopez, detalha a aplicação prática da IA, desde a otimização do processamento de grandes volumes de dados, com o uso do Notebook LM e do Gemini, até a automatização de processos seletivos governamentais e o suporte em cenários de catástrofes naturais, como no Rio Grande do Sul. A seguir, trechos da entrevista.

O que é o Google Cloud, o que ele abrange?

Google Cloud é uma linha de negócios do Google, da Alpha-bet (nome da holding que abrange as diversas empresas ligadas à big tech). Somos uma plataforma de serviços para empresas. Ou seja, nós estamos mais focados em empresas. Oferecemos serviços de processamento, de Gmail, de videoconferência, de *analyti-cs* - ou seja, como as empresas processam e entendem melhor o cliente. Todos os serviços que uma empresa precisa para trabalhar, nós fornecemos para eles.

Como o Google Cloud usa a inteligência artificial e como tem sido a relação das ferramentas com o poder público?

Todo mundo tem escutado nos últimos dois anos como o mercado de tecnologia se transformou. Com o aparecimento da inteligência artificial generativa em 2023, nós avançamos continuamente dia a dia. O Google é uma empresa *AI First*. Nós estamos trabalhando com inteligência artificial dentro dos nossos produtos há 20 anos. Agora, o que nós percebemos nos últimos dois anos é a inteligência artificial dentro dos nossos produtos ajudando os clientes no dia a dia. Por exemplo, eu uso para melhorar e processar muitos documentos. Um trabalho que antes levaria semanas, eu coloco dentro do meu Notebook LM, que é um agente de IA dentro do *Workspace*, e, em cinco minutos, eu já tenho informações que antes demoravam semanas.

Pode citar exemplos?

Veja um caso de governo. O Brasil precisa, para contratar professores, fazer entrevistas. Essas entrevistas são feitas por videoconferência. E isso faz com que pelo menos três pessoas tenham que

participar desse vídeo para poder escolher os melhores. Imagine que você tem mil professores que querem cinco vagas. Com inteligência artificial, nas novas versões de vídeo, você pode usar inteligência artificial para entender como a pessoa fala e qual o perfil dela para fazer uma seleção e, assim, realizar muito rapidamente um processo que antes demorava um ano, um ano e meio.

Cada vez mais, nossos dados estão na nuvem, sendo analisados por máquinas. Como está hoje a proteção desses dados sensíveis?

O assunto tem muita importância quando você fala de empresas ou de governos que têm informações sigilosas, têm informações de dados. Então, nossa política de segurança é que, se você trabalha com nossos modelos de IA, os dados são seus. Esses dados não são públicos. Porque o conceito de IA é uma inteligência que precisa ser treinada. À medida que você treina mais, você tem melhores respostas. Então, é muito importante, hoje em dia, para todo mundo, ter cuidado onde você coloca sua foto, onde você coloca sua formação nas redes, porque pode ser que um modelo seja treinado com informação pública. As pessoas precisam gerenciar informações de forma privada. Nós, por políticas nossas, toda a informação de uma pessoa, toda a informação das empresas, está criptografada e é propriedade das empresas. Então, quando nós trabalhamos com IA, com uma empresa, essa informação de IA só treina os modelos de IA dessa empresa. Não é usada para fazer outras coisas.

Como o senhor vê o debate sobre a ética no uso da inteligência artificial?

Primeiro: nós temos os princípios de ética de IA do Google. Ou seja, nós temos princípios de ética como empresa, nos quais todo desenvolvimento de software, toda coisa que nós fazemos, é regida por princípios éticos, que não podem ter nenhum mau uso, têm que ser confidenciais. Nós temos internamente esses conceitos. Depois, o que nós trabalhamos também muito com os governos é a regulação, um marco razoável de uso da inteligência artificial. Então, muitas vezes, quando nós queremos fazer um projeto dentro da companhia, esse projeto é analisado, e é autorizado ou não o uso da inteligência artificial para certos projetos. Isso é muito importante, porque quer dizer que nós estamos continuamente focados no indivíduo e na privacidade da informação.

Como o senhor avalia o mercado da América Latina

em relação aos outros mercados no mundo?

Tem uma pesquisa que diz que 70% das pessoas da América Latina percebem que a IA vai mudar positivamente a sua vida. A média mundial é de 50%. Isso mostra que nós, na América Latina, temos uma percepção muito positiva e estamos buscando aplicar a inteligência artificial cada vez mais rápido. Nós, latinos, temos uma capacidade de criatividade e de desenvolvimento muito rápido. Fala-se que os governos têm planos na América Latina, que podem gerar negócios de US\$ 1 trilhão. E temos os nossos investimentos aqui no Brasil, de data center, de cloud. De 2016 até 2021, foram R\$ 1,2 bilhão.

E há também o desenvolvimento de talentos?

Neste último período, nós já treinamos 70 mil pessoas. O que nós fazemos é, sem custo para as universidades, treinar alunos, professores e pesquisadores em nosso portfólio de cloud. As universidades são muito importantes, porque existe um gap na América Latina de quase 500 mil pessoas, de talentos para o mercado de tecnologia de uma forma geral. Nós começamos também com algumas empresas que chamamos de edtechs, que são startups de educação, e com apoio de outras empresas, para as pessoas que não têm acesso à universidade, que vivem nas comunidades, para elas serem treinadas em nossa tecnologia básica.

Um dos projetos desenvolvidos pelo Google Cloud com o poder público foi com a **Receita Federal**, ajudando no processo de **desembaraço das mercadorias** alfandegárias. Como funcionou?

Esse é um projeto superinova-dor da **Receita Federal**, nós estamos orgulhosos de ser a tecnologia escolhida. Trabalhamos junto a eles na criação. Se você vai ao Aeroporto de Guarulhos, no lugar onde os pacotes chegam ao Brasil, é impressionante. São milhares de pacotes chegando por dia. É muito importante esse controle do ponto de vista de **impostos**, mas também do ponto de vista de controle de mercadorias.

Como avalia hoje o mercado, em termos de concorrência e de competitividade?

O mercado de tecnologia nasceu competitivo, 30 anos atrás. Então, acredito que, hoje em dia, o bom para os clientes, para as pessoas e para o governo é que há alternativas. E cada empresa tem alternativas. Nós somos uma empresa "AI First", ou seja, priorizamos a inteligência artificial e temos sempre a melhor tecnologia e também usamos a IA dentro dos nossos produtos. Isso é fundamental. Quando você vê nossa plataforma de colaboração, que é o Workspace, a IA está integrada. Se eu não participo de uma

videoconferência, posso registrar e me enviam um resumo da videoconferência. Quanto a um advogado de uma empresa ou mesmo um desembargador, imagine a IA processando seus arquivos, que são milhares, para encontrar as três ou quatro melhores respostas para ele? Nós focamos muito na evolução e estamos continuamente fazendo anúncios de novos produtos, porque o Google quer ser AI First.

Como fica a relação entre a burocracia que ainda existe dentro do governo com a velocidade que as inovações tecnológicas exigem?

Essa é uma boa pergunta. Acho que são as lideranças que ditam o ritmo. Vejo os governos muito

mais preocupados em reduzir a burocracia usando tecnologia, especialmente com todo o tema da IA. Você vê na América Latina, na China, e no Brasil também, a liderança imprime a velocidade necessária. Mas eu realmente vejo os governos muito focados em entender como a tecnologia, e a IA principalmente, pode ajudar a resolver e agilizar seu registro, os processos. E se você vê no Brasil, o avanço é grande, porque moro aqui há 20 anos. Sou argentino, mudei para cá há 22 anos, tenho uma filha brasileira há 20 anos, mas 15, 10 anos atrás você tinha que ter a CNH, o RG, tudo. Agora o governo já é digital, você não precisa ir a lugar nenhum, a carteira de trabalho também já é digital. Então, são horas e horas que uma pessoa não precisa mais investir para fazer esse processo. Isso é uma melhoria gigantesca. E o Brasil está muito adiantado em alguns temas de governo digital em relação a outros governos da América Latina.

As ferramentas de nuvem podem ajudar na formulação de políticas públicas?

Sim. A formulação da política pública tem a ver com vários aspectos. Primeiro, uma política pública pode ser pensada para como eu torno acessível uma infraestrutura que permita o desenvolvimento de nuvem para as empresas. Então, pode ser uma política pública de criação de data center, como o governo brasileiro está trabalhando neste momento para fomentar, para reduzir **impostos** para promover muito mais acesso a redes de telecomunicações. A tecnologia ajuda, porque você pode dizer como essa tecnologia pode ajudar. E, muitas vezes, para o uso da tecnologia, você tem que mudar alguma lei, algum processo para poder usar melhor a tecnologia, entende? Então, as políticas públicas estão enraizadas na tecnologia, porque a tecnologia pode ser um caminho novo para melhorar a política pública.

Pensando no futuro, como o senhor avalia três cenários andando juntos: inteligência artificial, nuvem

e segurança digital?

Segurança é um tema crítico e vai ter cada vez mais importância. Além disso, a IA evolui a cada dia. Não sei o que vai acontecer daqui a dois anos, mas estamos em constante evolução em diferentes ferramentas, e é aí que temos de usar a segurança, os códigos de ética e os princípios, para que as implementações sejam feitas com responsabilidade. Então, acredito que a evolução e o ritmo que tivemos nesses últimos anos vão continuar ou se multiplicar, porque você vai encontrar na IA um facilitador para fazer coisas diferentes, coisas mais rápidas, e acredito que vai transformar indústrias. Isso vai mudar muito as relações de trabalho e o mercado. Não estou falando que vai faltar trabalho, estou falando que vai mudar a maneira como se trabalha.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7392/26-05-2025.html?all=1>**

## O preço do bronze

Chamava-se Rayito de Sol e vinha da Argentina. Minha mãe não perdia a chance de fazer estoque toda vez que encontrávamos o bronzeador em bazares de produtos apreendidos pela **Receita Federal**. Deixava uma tonalidade belíssima: na formulação, havia urucum, fruto do qual o pigmento era extraído. Embora um pouco da cor se fixasse à pele, parte do bronze acabava no chão do box do banheiro, no biquíni e na toalha de praia.

Eram os anos 1980, e o que todo mundo queria era bronzear. Nada de proteger. Na minha infância, voltar do clube tostada de Sol era o comum (depois, a gente descascava toda, e puxar a pele esturrada era uma diversão). Só na adolescência é que trocamos o Rayito pelos bloqueadores solares. Mas, por muito tempo, minha mãe continuou fiel ao óleo de urucum com cera de abelha, que passava por cima do protetor para garantir uma corzinha.

Além do Rayito, no passado, o óleo de avião era item obrigatório na sacola de praia. Aliás, acabei de ver que ele também ainda é vendido pela internet, mas tenho esperança de que os dias gloriosos tenham ficado para trás.

O belo bronze dos anos 1960, 1970 e 1980, enfim, começou a cobrar seu preço. Um levantamento internacional com dados de 204 países e territórios apontou um avanço sem precedentes no câncer de pele não melanoma (os tipos menos agressivos) entre pessoas com mais de 65 anos. A projeção é que, até 2050, os casos aumentem 140%.

Segundo os pesquisadores, da Universidade Médica de Chongqing, na China, o câncer de pele está cada vez mais concentrado em países com alto índice sociodemográfico. O envelhecimento da população típico das nações ricas e seus hábitos de lazer, como tostar na Flórida todo verão, são algumas das explicações oferecidas pelos cientistas. Porém, eles alertam, no artigo publicado na revista *Jama Dermatology*, que "o impacto da doença já começa a se espalhar para regiões menos desenvolvidas".

Há uma notícia boa, porém. As projeções indicam queda no tipo mais agressivo de câncer de pele, o melanoma. Campanhas preventivas, diagnóstico preciso e novas tecnologias usadas na dermatologia estão por trás da previsão, disseram os pesquisadores da China.

Mas não é por serem menos agressivos que os

cânceres de pele não melanoma deixam de preocupar. Além da saúde, há o fardo econômico: um estudo publicado nos Anais Brasileiros de Dermatologia estimou que o tratamento custou, anualmente, R\$ 37 milhões e R\$ 26 milhões, respectivamente, para o sistema público e o privado, em 2010.

Décadas depois de abusar do óleo de urucum, minha mãe só saía de casa com proteção UVA/UVB acima de 80. Arrependia-se amargamente de se entregar aos raios solares: ela não teve câncer de pele, mas culpava o Sol pelas rugas. O Rayito ficou para trás - apenas uma lembrança nas fotos em que ela aparecia lindamente bronzeada e, provavelmente, nas manchas deixadas nos biquínis antigos.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7392/26-05-2025.html?all=1>

# Governo dá mau passo com IOF e amplia descrédito fiscal (Editorial)

Os anúncios da performance fiscal da União, e as formas de corrigi-la para atingir a meta, têm causado surpresas e espanto. Em novembro, um pacote de corte de gastos frouxo veio acompanhado de medida de redução da arrecadação, a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil. O dólar disparou. Na divulgação na quinta-feira da revisão bimestral de receitas e despesas, com a decisão de contenção de despesas até mais forte que o esperado, a novidade foi o aumento de receitas via IOF, que atingiu aplicações de investidores brasileiros no exterior e remessas destinadas a investimentos, entre outros, com forte reação negativa nas bolsas e no mercado de câmbio. Em ambas as situações, as medidas tomadas foram mal costuradas, indicando descoordenação, divergências no governo ou ambas. À noite, horas depois, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recuou de parte das medidas de arrecadação, como elevar o IOF a 3,5% nas movimentações de investidores e fundos.

A repercussão negativa do aumento do IOF em geral, e da taxação das remessas para investimentos em particular, se sobrepôs à sóbria e realista contenção de despesas de R\$ 31,3 bilhões anunciada. Ao excesso de despesas primárias sobre o limite, foi aplicado bloqueio de R\$ 10,64 bilhões.

Depois de ficar sem orçamento até março, a segunda avaliação (não houve a primeira) foi mais fiel ao desempenho tanto de despesas como de receitas. No primeiro caso, a projeção de gastos com benefícios da Previdência cresceu em R\$ 16,7 bilhões, em linha com cálculos de analistas privados, retirando um dos principais fatores de subestimação orçamentária. O excesso de despesas total, de R\$ 25,8 bilhões, contou com ajuste dos dispêndios com o BPC (R\$ 2,76 bilhões) e com subvenções, subsídios e Proagro, de R\$ 5,78 bilhões.

Nas receitas, o governo decidiu praticamente não contar mais com as extraordinárias. É certo que colocou R\$ 22,1 bilhões relativos ao aumento do IOF, mas foram eliminadas as projeções de ganhos com a mudança da forma de decisão do **Carf**, com a qual o governo estimava em 2024 receber R\$ 52 bilhões - recebeu pouco mais de R\$ 380 milhões. As transações tributárias com a Receita saíram do cálculo, assim como a ficção da CSLL sobre instituições financeiras (R\$ 14,8 bilhões), não

aprovada pelo Congresso, e estimativas com concessões e permissões (R\$ 9,3 bilhões).

No total, saíram R\$ 60,2 bilhões de expectativas de receitas, que foram parcialmente compensadas por um aumento da arrecadação líquida da Previdência, de R\$ 11,84 bilhões. No resultado final, as receitas líquidas, livres de transferências, encolheram R\$ 41,7 bilhões.

O realismo não elimina o fato de que a contenção de despesas é apenas suficiente para atingir o limite inferior da meta fiscal, de -0,25% do **PIB**, de R\$ 31 bilhões, que não computa, até 2026, os gastos com precatórios, de R\$ 45,323 bilhões. Na prática, o déficit primário real será de R\$ 76,3 bilhões, já com IOF maior. O correto seria cortar mais despesas, mas o presidente Lula pensa diferente.

Apesar de o déficit primário ter caído a 0,4% do **PIB** em 2024, o déficit primário estrutural, que desconsidera receitas atípicas e leva em conta o ciclo econômico, piorou no ano passado, segundo a Instituição Fiscal Independente do Senado. Ele passou de 1,4% do **PIB** a 1,7% do **PIB**, cifra que sugere o ajuste necessário para que as contas públicas entrem em equilíbrio. Como a conta de juros é enorme (7,8% do **PIB** nos 12 meses findos em março, ou R\$ 935 bilhões), a dívida pública só declinará com superávits mínimos entre 1% e 1,5% do **PIB**. Isso não ocorrerá neste governo.

Para não cortar gastos, o governo optou mais uma vez por elevar a arrecadação com algo que lhe permitisse cobrança imediata, o IOF, que atingiu cartões de crédito, débito, compra de moeda estrangeira e rubricas que implicam saída de divisas. Com isso, criou grandes problemas e deixou margem a dúvidas sobre suas reais intenções. Fundos de investimento e investidores nacionais com aplicações no exterior, pegos de surpresa, teriam de mudar suas estratégias diante da rentabilidade agora comida pelo IOF. O custo do crédito para empresas, já opressivo com a elevada taxa de juros, subirá 1,5 ponto percentual com o novo IOF.

Como o IOF é uma arma geralmente usada menos para arrecadação e mais para controle do câmbio e do fluxo de divisas, veio a sensação de que essa fosse a intenção. O país não precisa disso, e mexer nas remessas afetaria os ingressos, em um momento em

que Donald Trump se empenha para afastar os investidores dos EUA e em que o Brasil pode ser beneficiado.

Mais descabida ainda foi a suspeita de que o governo assumiu funções que são do Banco Central (BC) e aumentou o custo do crédito para reduzir juros. Todo o esforço do Planalto tem sido o contrário, criar programas e abrir torneiras de crédito para que a economia não desacelere, o oposto do que pretende o BC. Para evitar cortes de despesas, mais uma vez o governo mete os pés pelas mãos, cria muita confusão e permite que a imagem positiva de alguns bons passos no controle do orçamento se dissolva em uma nuvem de insatisfação, formada por medidas mal pensadas, com penalidade dupla: em seu anúncio e no recuo posterior.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188212>

# Fazenda calcula ressarcimento de aposentados em até R\$ 2 bilhões

O ministro da Fazenda, Fernando Had-dad, estima que o valor do ressarcimento dos descontos indevidos aos aposentados e pensionistas do **INSS** deve ser de até R\$ 2 bilhões. O cálculo leva em conta o número de reclamações já realizadas pelos beneficiários no aplicativo Meu **INSS** e pelo telefone 135 após o es-

cândalo de descontos indevidos vir à tona a partir das investigações da Polícia Federal. A AGU solicitou à Justiça bloqueio de R\$ 2,5 bilhões em bens de 12 entidades, mas há dúvidas se o dinheiro desviado será encontrado nas contas dos investigados e qual seria o prazo para devolver os recursos, páginais

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Oportunidade da reforma administrativa - HENRIQUE MEIRELLES

## **HENRIQUE MEIRELLES**

Com a aprovação de um reajuste salarial para **servidores públicos** federais, a Câmara dos Deputados anunciou na semana passada a criação de um grupo de trabalho para retomar a reforma administrativa. Esta notícia é muito relevante. A reforma administrativa é tão importante para o Brasil como foram a da Previdência, a trabalhista e a tributária.

Reformar a estrutura do serviço público é essencial não só para atingir maior eficiência, como para reduzir o gasto com a máquina do Estado. O Brasil deve gastar R\$ 390 bilhões com pessoal e encargos sociais este ano. A projeção é que este gasto seja equivalente a 2,6% do **PIB** este ano e em 2026.

Há na Câmara uma PEC sobre reforma administrativa enviada em 2020. O governo federal não tem um projeto pronto, prefere fazer ações divididas para mexer na estrutura aos poucos. O grupo de trabalho da Câmara é uma oportunidade para unir os projetos e mudar a estrutura do setor público, que tem distorções na divisão salarial, uma profusão de carreiras e tratamentos diferentes para servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

O projeto aprovado pela Câmara concedeu aumento aos servidores, que custará R\$ 73 bilhões de reais ao Tesouro Nacional, somados os gastos deste ano, de 2026 e de 2027.

Uma reforma poderia tornar este custo menor para o Tesouro.

Outro aspecto a ser levado em conta é que a reforma administrativa tem reflexos em outras áreas, como reduzir gastos com a **Previdência Social**.

Fazer reformas não é fácil.

Sei disso porque participei da elaboração e das negociações de duas, a da Previdência e a trabalhista. Em 2017, manifestantes invadiram diversos ministérios para protestar contra essas iniciativas do governo Michel **Temer** quando eu era ministro. A discordância e os protestos fazem parte da democracia.

Mas as reformas são necessárias para o País evoluir e

ser mais justo.

Fazer a reforma administrativa agora é importante também para sinalizar um compromisso do governo em controlar a expansão das despesas. A estrutura do governo é uma grande despesa do Estado brasileiro.

Racionalizar este gasto significa contribuir para a redução do ritmo de crescimento da dívida pública, que está em um nível preocupante para um País emergente.

Não só é possível como necessário gastar menos com o financiamento da máquina pública.

O governo precisa ter mais recursos para investir em outras áreas essenciais e atender aos que mais precisam.

É necessário investir bem o dinheiro público em prol de todos. |

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Começa nesta segunda reembolso de descontos indevidos do INSS

A partir desta segunda-feira, 26, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que tiveram desconto de mensalidade associativa na folha de pagamentos de abril, vão receber de volta os valores cobrados indevidamente. Ao todo serão estornados de R\$ 292 milhões.

Conforme nota do instituto publicada na última semana, "no final de abril, o **INSS** determinou a suspensão de todos os descontos desse tipo. Porém, como a folha de pagamentos referente àquele mês já estava fechada, os descontos ainda foram realizados nos pagamentos feitos entre 24 de abril e 8 de maio."

Por decisão do governo federal, o **INSS** não repassou os valores às entidades associativas, e a devolução será feita junto com o pagamento regular dos benefícios - de 26 de maio a 6 de junho.

Na nota, o **INSS** publica calendário de pagamento da devolução e alerta para as tentativas de golpe lembrando que as informações sobre aposentadorias e pensões são repassadas diretamente pelo portal Meu **INSS**.

Caso o aposentado ou pensionista queira reaver mensalidades cobradas indevidamente em período anterior deve informar no Meu **INSS** ou pelo telefone 135. (ABr)

**Site:** <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20250526&p=18>

# A interminável fila da previdência social (Editorial)

A fraude dos descontos não autorizados no **INSS** - que levaram cerca de 2 milhões de reclamações no aplicativo em menos de uma semana - é apenas uma das faces do problema de gestão da **Previdência Social**.

tempo e saúde de milhares de trabalhadores brasileiros.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Em abril, a fila de espera por um benefício chegou a 2,68 milhões de requerimentos - um crescimento de 91% em relação ao mesmo período do ano passado. Ou seja, praticamente dobrou, apesar das seguidas promessas tanto do presidente da República quanto do ministério.

Esse número pode ser lido de várias formas. Pelo cidadão ele significa uma demora média de 52 dias até a liberação do benefício - em meio ao labirinto burocrático que ele envolve. Em julho do ano passado, a espera já era de intermináveis 36 dias. Como praticamente metade dos pedidos é de auxílios-doença ou incapacidade, a greve dos peritos em agosto do ano passado acabou pesando nessa conta. Mas esse não é o único motivo.

Em meio à aprovação da Lei 14.724/2023, que instituiu o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (Pefps), houve a adoção

de um sistema online, que, entre outras medidas, dispensava a perícia presencial. Isso levou a uma corrida ao atendimento e a uma enxurrada de fraudes, que forçaram a uma volta das perícias em diversos casos.

Outra forma de olhar os dados da fila é do ponto de vista orçamentário. A XP Investimentos calcula que o desembolso adicional de dinheiro público em função dessa fila deve chegar a R\$ 20 bilhões - ou seja, duas vezes o bloqueio anunciado na quinta-feira (22) pelo Ministério da Fazenda para cumprir as despesas obrigatórias do governo federal.

A projeção é que a despesa previdenciária total feche 2025 em aproximadamente R\$ 1,03 trilhão - ou seja, o equivalente a um décimo de todo o Produto Interno Bruto do país em 2024.

A Previdência e seus segurados não podem viver de promessas. Trata-se de um problema econômico - e, sobretudo, social - urgente, que tem sido tratado como moeda eleitoral e cuja gestão leniente drena recursos,

# Saúde mental no trabalho: como o adiamento de punição às empresas pode afetar os trabalhadores?

*Por Poliana Casemiro, Rayane Moura, g1*

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que previa punição às empresas que não tomarem medidas contra riscos psicossociais no ambiente de trabalho, foi adiada no mês passado. Agora, a mudança foi oficializada por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União.

Portanto, durante o primeiro ano, a atualização terá caráter educativo e orientativo. As punições só entrarão em vigor em 25 de maio de 2026, e não mais nesta segunda-feira (26).

A NR-1 estabelece diretrizes para garantir a saúde e segurança do trabalhador no ambiente de trabalho. Com a atualização, passaria a contemplar também os riscos psicossociais.

?? O que isso significa? O MTE passaria a fiscalizar as empresas, podendo inclusive aplicar multas em casos de metas excessivas, jornadas extensas, ausência de suporte, assédio moral, conflitos interpessoais, falta de autonomia e condições precárias de trabalho.

?? OU SEJA: Esses riscos, inclusive os relacionados à saúde mental, passariam a ter o mesmo peso na fiscalização que questões como acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

?? Mas o que muda na vida dos trabalhadores? Na prática, as empresas já podem ser inspecionadas por auditores-fiscais do trabalho durante esse período. Mas os empregadores não poderão ser multados por enquanto.

Em nota, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o adiamento tem como objetivo oferecer um período de adaptação para que as empresas ajustem seus processos e promovam ambientes de trabalho mais seguros.

Durante esse primeiro ano, será um processo de implantação educativa, e a atuação pela Inspeção do Trabalho só terá início em 26 de maio de 2026, explicou.

Durante esse período, os trabalhadores podem continuar fazendo denúncias anônimas (veja abaixo os canais). É por meio dessas denúncias que os auditores-fiscais chegam até as empresas e avaliam as condições de trabalho.

Nas fiscalizações, os auditores analisam dados de afastamentos por doenças ou acidentes, além da rotatividade de funcionários. Também conversam com os trabalhadores e examinam documentos para identificar possíveis situações de risco.

Segundo Viviane Forte, a proposta da atualização é trazer mais clareza sobre o tema da saúde mental dos trabalhadores. Os critérios serão exigidos independentemente do porte da empresa.

?? Como denunciar?

Existem diversos canais para denúncias trabalhistas nos casos de empregados que estão passando por situações de riscos psicossociais. São eles:

Canal de Denúncias para Inspeção do Trabalho: canal online do Ministério do Trabalho para denúncias trabalhistas; Fala.br: plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação da Controladoria-Geral da União; Central Alô Trabalho: o número 158 funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h (horário de Brasília). A ligação gratuita de qualquer telefone fixo, mas chamadas por celular serão cobradas. Superintendências Regionais do Trabalho: são responsáveis por executar, supervisionar e monitorar ações relacionadas a políticas públicas de trabalho nos estados.

O denunciante não precisa se identificar, basta acessar um dos sistemas e inserir o maior número possível de informações.

A ideia é que a fiscalização possa, a partir dessas informações do denunciante, analisar se o caso de fato configura em riscos psicossociais e realizar as verificações no local.

Como identificar um ambiente de trabalho tóxico? Responda o QUIZ e saiba como agir

## Especialistas criticam o adiamento

A atualização da norma foi anunciada em agosto de 2024 - ano em que o país teve o maior número de afastamentos do trabalho por saúde mental em 10 anos, como mostrou o g1 com exclusividade.

Em 2024, foram mais de 470 mil licenças do trabalho. Segundo os especialistas, o adiamento é um retrocesso diante do cenário nacional, e que o trabalho é um fator estressor importante na saúde mental.

O argumento das empresas não faz sentido e isso pode ser um retrocesso diante do grande passo que o governo federal tinha dado, levando a saúde mental em consideração. - Arthur Danila, psiquiatra e coordenador do Programa de Mudança de Hábito e Estilo de Vida na USP.

É claro que a saúde mental ultrapassa o trabalho, mas esse ambiente é onde as pessoas passam o maior tempo do dia e da vida. Falar que o trabalho não está adoecendo é contrariar a realidade, diz Danila.

A mestre em ciências sociais e consultora sobre trabalho, Thatiana Cappellano, reforça que o ambiente de trabalho é um fator importante nas questões de saúde mental e que as empresas fazem pressão porque não querem olhar para os problemas estruturais.

?? Alguns dos pontos citados pelos especialistas em saúde mental e trabalho como responsáveis pelo aumento nos afastamentos por transtornos psicológicos são a precarização do trabalho, o déficit salarial, as muitas horas de dedicação com a mudança na cultura de trabalho pós pandemia.

Segundo Thatiana, para que as corporações pudessem cumprir as medidas exigidas pelo governo, teriam que olhar para seus problemas.

As empresas são contra porque para discutir saúde mental é preciso olhar para a estrutura do trabalho. A empresa que debater meta abusiva, precarização, baixos salários? Não é que a empresa não tem clareza ou verba para fazer isso, é que ela não está interessada em fazer isso. - Thatiana Cappellano, mestre em ciências sociais e consultora sobre trabalho.

Tatiana Pimenta, especialista em saúde mental no mundo do trabalho, aponta que o atraso da medida pode refletir em um aumento do número de afastamentos em 2025.

"Foi feita uma revisão da norma para deixar mais claro

que é obrigatório que as empresas olhem para risco psicossocial. Se adiar, vai ser mais um ano que a gente vai explodir de afastamento porque estamos permitindo que as empresas continuem não olhando para o tema", afirma Tatiana.

?? Além disso, os especialistas apontam que a saúde mental do trabalhador afeta economicamente o país e as empresas.

O **INSS**, que é responsável pelos pagamentos dos afastamentos, informou que em 2024 as pessoas ficaram, em média, três meses em licença, recebendo cerca de R\$ 1,9 mil por mês. Considerando esses valores, o impacto pode ter chegado a até quase R\$ 3 bilhões em 2024 só aos cofres públicos. Além disso, ainda há o custo disso para as empresas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 12 bilhões de dias úteis sejam perdidos globalmente, todos os anos, devido à depressão e ansiedade. Isso representa uma perda de 1 trilhão de dólares por ano.

## Crise de saúde mental no país

Em 2024, segundo dados obtidos com exclusividade pelo g1, foram 472 mil afastamentos, contra 283 em 2023 - uma alta de 68%. (veja a evolução no gráfico abaixo)

?? O número acima traz a lista de doenças de saúde mental que mais geraram concessão de benefícios por incapacidade temporária. O burnout, por exemplo, não está nessa lista. No ano passado, foram 4 mil afastamentos por esse motivo. Os especialistas explicam que o número tem relação com a dificuldade do diagnóstico.?? Os dados representam afastamentos, e não trabalhadores. Isso porque uma pessoa pode tirar mais de uma licença médica no mesmo ano e esse número é contabilizado mais de uma vez.

Os dados do **INSS** permitem traçar um perfil dos trabalhadores atendidos: a maioria é mulher (64%), com idade média de 41 anos, e com quadros de ansiedade e de depressão. Elas passam até três meses afastadas do trabalho.

?? Por outro lado, não foi possível fazer recortes por raça, faixa salarial ou escolaridade, pois os dados não foram informados pelo **INSS**.

**Site:** <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/05/26/saude-mental-no-trabalho-como-o-adiamento-de-punicao-as-empresas-pode-afetar-os-trabalhadores.ghtml>

# STF julga nesta semana novo recurso sobre revisão da vida toda do INSS

O Supremo Tribunal Federal ( STF ) marcou para esta quarta-feira novos recursos do **INSS** no caso da chamada revisão da vida toda .

O tema volta à pauta da Corte após uma decisão no início de abril que determinou que segurados do **INSS** não precisarão devolver os valores a mais da aposentadoria que eventualmente receberam em razão desse mecanismo.

A tese da revisão da vida toda , que discutia se todas as contribuições previdenciárias feitas ao **INSS** pelos trabalhadores no período anterior a julho de 1994 poderiam ser consideradas no cálculo das aposentadorias, foi considerada válida pela Corte em 2022, e depois derrubada em 2024.

Em 2022, o plenário do STF havia decidido que o mecanismo da "revisão da vida toda" é constitucional. Isso significa que todas as contribuições previdenciárias feitas ao **INSS** pelos trabalhadores no período anterior a julho de 1994 poderiam ser consideradas no cálculo das aposentadorias, o que poderia aumentar os rendimentos de parte dos aposentados.

Entretanto, a decisão não entrou em vigor porque ainda havia um recurso pendente contra ela, ingressado pelo governo.

No ano passado, ao julgar uma lei de 1999, os ministros aprovaram uma tese que estabelece que o segurado não pode optar pela regra mais favorável. Por maioria, o tribunal entendeu que os segurados não têm direito de opção, mesmo que a regra seja mais benéfica a ele. É uma decisão exatamente oposta à revisão da vida toda.

Com isso, a revisão da vida toda fica prejudicada, já que os segurados poderão seguir apenas as regras do fator previdenciário, sem direito à escolha.

Agora, a corte marcou para 28 de maio o julgamento do processo da revisão da vida toda em si, ou seja, o processo original.

Em 10 de abril deste ano, os ministros derrubaram os recursos pedindo a revisão, mantendo posicionamento contrário à tese, mas definiram que quem já recebeu os valores não precisa devolvê-los ao **INSS**

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/26/st-f-julga-nesta-semana-novo-recurso-sobre-revisao-da-vida-toda-do-inss.ghtml>***

# Cuidado com essa dupla - O CARRASCO

## O CARRASCO

Um notório promotor de justiça de Camaçari, que tempos atrás foi gentilmente "convidado a se retirar" por envolvimento em um esquema de corrupção, agora ensaia um discreto retorno ao palco - ou melhor, ao cargo. Longe dos olhos do público (e das manchetes), ele articula seu comeback com a ajuda de um poderoso aliado político, que parece enxergar talento onde a Justiça viu irregularidades. Ignorando os pequenos detalhes como ética e legalidade, a dupla segue confiante de que, com os apoios certos, até reputações manchadas podem ser recicladas.

### Peso pesado

Sobre a confusão instalada na Justiça Federal de Eunápolis, o todo poderoso de uma gigante da celulose teria sido consultado para narrar como se deu o movimento naquela serventia que ordenou a derrubada de um empreendimento seu na beira da praia, mas que foi revista pelo Tribunal em Brasília. Uma série de liminares a favor da abertura devagas para curso de medicina na região chamou a atenção. E os índios prejudicados pela dupla dinâmica que dá as cartas por lá? Os indígenas prometem mais e mais manifestações contra a justiça local, como as que ocorreram na semana passada.

### Audiência recusada, fome ignorada

Enquanto a fome cresce nas ruas, o iFood prefere virar as costas e recusar o convite para discutir o cenário crítico dos seus entregadores. Parece que responsabilidade social virou algo que incomoda mais do que ajuda. Ignorar quem está na linha de frente, passando fome e lutando para sobreviver, não é só falta de empatia é um tapa na cara de quem acredita que grandes empresas têm compromisso com as pessoas. No fundo, o recado é claro: para o iFood, lucro vale mais do que dignidade.

### Santo Estêvão sem nada

Apesar de herdar o Município com 23 milhões em caixa, a atual gestão do prefeito Tiago Dias não consegue alavancar. São mais de cem dias sem nada. Alunos sem aulas, salas sem auxiliar e sem professores, sem material didático, sem merenda es-

colar, sem transporte escolar, sem medicamentos, sem médicos e odontólogos, sem coleta de lixo hospitalar e domiciliar, sem aração de terra, sem

limpeza das aguadas. Santo Estêvão sem nada! Por fim, contratações ilegais para os festejos juninos do município. Entrou água no forró do SEM!

### Sem solução

A administração do Parque Ecológico Pequeno Mundo Verde, na BA 099, está perdendo parcerias com escolas e muitos moradores da Ecovila instalada no local ameaçam deixar suas casas. Tudo por causa da cobrança de pedágio, a 200 metros do parque, descumprindo TAC firmado em 2001 para compensar a desapropriação de 8 mil m2. O Ministério Público se comprometeu a intermediar uma solução, mas até agora a situação continua na mesma.

### Cesta de doenças

Funcionários do Atacado Cestão do Povo, em Dias d'Ávila, denunciam condições insalubres a que estão submetidos. Uma infestação de pombos no telhado do estabelecimento expõe os trabalhadores ao contato com fezes, que podem contaminar, inclusive, as mercadorias, colocando também a saúde de clientes em risco. Uma visita da Vigilância Sanitária cairia bem.

### Tente outra vez

Pacientes do Hospital São Mateus, em Camaçari, precisam mesmo de muita paciência para conseguir agendar consultas e exames. O atendimento eletrônico, além de demorado, ainda derruba as ligações, exigindo várias tentativas, e grande perda de tempo, para atender as solicitações. Se o sistema contratado é ineficaz, por que não substituí-lo, ou melhor, colocar uma atendente de verdade?

### De olho!

Com a folia junina chegando, vem também a ganância e a responsabilidade fiscal. O Carrasco vai estar atento na prestação de contas deste ano e nenhuma contratação hipervalorizada ou investimento superfaturado vai passar batido. Bom lembrar que o prazo para enviar tais informações para o Ministério Público da Bahia vai até o dia 31 de maio. O Carrasco está atento.

### Falastrão

Pelas bandas de Luís Eduardo Magalhães, oeste da Bahia, um falastrão, que é ex-diretor de uma rádio comunitária, anda soltando cobras e lagartos, sem

fundamento, contra a gestão municipal. Curioso é que esse ódio destilado começou após a exoneração da esposa, que ocupava o cargo de secretária de Cidadania do município. Apontado por ter usado a rádio para interesses próprios, o cidadão ainda é acusado de assédio moral contra um funcionário da emissora. Boa peça não é.

#### Endividamento

Uma dívida de quase R\$ 1 bilhão. Essa é a situação do município de Ilhéus, sul da Bahia, após a herança maldita deixada pelo ex-prefeito Mário Alexandre, Marão (PSD). Só na gestão atual de Valderico Júnior (União Brasil), já foram bloqueados R\$ 5 milhões de reais das contas públicas. Ilhéus não perdoará esse perdulário das finanças públicas.

#### Pidão se deu mal

A prefeita reeleita de Cansanção, Vilma Gomes, conhecida como "A Mamãe", sofreu uma nova derrota na Justiça Eleitoral, após a gestora pedir a retirada do vídeo que mostra o marido, o ex-prefeito de Cansanção, Ranulfo Gomes, pedindo votos de forma explícita em um evento realizado pela Prefeitura durante o período das eleições. Sendo assim, o vídeo continua no processo e a segunda sentença deve chegar logo logo.

#### Vilma Gomes se deu mal no primeiro caso

Em outro processo, "A Mamãe" já foi cassada porque em abril de 2024, a Prefeitura promulgou uma lei que autorizava a contratação temporária de **servidores públicos**, com ênfase na educação, alegando "necessidade temporária e de excepcional interesse público". Foram chamados, no primeiro semestre, 2.056 temporários. Para o Ministério Público Eleitoral, houve um excedente de 600 contratações, con-

sideradas irregulares pelo órgão. "Tais fatos ofenderam a lei eleitoral e geraram grave, relevante e significativo abalo no pleito eleitoral de 2024 no Município de Cansanção", afirmou o juiz na sentença. Para ele, seria "inviável a qualquer candidato opositor concorrer nestas circunstâncias".

#### Contradição

O Carrasco recebeu denúncias vindas de Jequié, que apontam a falta de merenda escolar nas unidades do município. Tem pais de alunos que relatam buscar os filhos mais cedo pela falta do alimento. Como se não bastasse, na saúde, continuam denúncias de descaso no atendimento, já que houve episódios de pacientes não encontrarem médicos nos postos. Enquanto isso, a população contesta os altos gastos da gestão Zé

Cocá (PSD) com a festa de São João.

#### A decisão do bonito

O deputado federal e ex-vice-governador da Bahia, João Leão (PP), já sabe o seu destino nas eleições de 2026. Aos 79 anos, o Bonitão, como também é conhecido, vai buscar uma cadeira na Assembleia Legislativa da Bahia e sua eleição é tida como certa. Vai tentar colocar o filho, Cacá, em seu lugar na Câmara dos Deputados, e com certeza manterá o legado dos Leão em Brasília.

#### Fim da agonia

O chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), fez a vez do ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), e assumiu o tranco da ponte do rio Jequitinhonha, na BR-101. Depois de muito impasse e muitos meses sem uma clara resolução, coube ao "Correria" de Lula cuidar da situação e anunciar a construção de um novo equipamento. Fim do prejuízo na economia e da agonia de quem precisa trafegar com frequência pela região. O problema é que até lá a população tem sofrido e não é pouco.

#### Bola fora I

Pode custar caro para o deputado Hilton Coelho (Psol) a sua presença na conturbada sessão que aprovou o reajuste salarial dos **servidores públicos** de Salvador, na última semana. Aliado dos funcionários, o parlamentar pode ser punido pelo legislativo estadual por sua participação no episódio, ainda que não tenha usado da violência para protestar.

#### Bola fora II

Quem também pode enfrentar sérios problemas e até ser cassado pela Câmara Municipal de Salvador é o vereador Hamilton Assim. Quem presenciou os fatos e a agressividade desse cidadão diz que sua postura não condiz com a de um professor e sim com a de um parlapatão raivoso, dada a verborragia com que ofendeu gratuitamente os colegas.

#### Nova

#### estratégia

A nova estratégia da oposição para as eleições de 2026 deve ser completamente diferente do que foi adotado em 2022. Enquanto a cúpula União Brasil saiu arrastando mais de dez partidos para sua coligação, o ex-prefeito de Salvador agora quer ter número mais reduzido de siglas no seu arco, justamente para tentar selecionar as "melhores" opções. Com o governo Lula batendo biela - e ele sempre foi o maior puxador de

votos na Bahia, a disputa por aqui no ano que vem promete ser mais acirrada do que nunca.

Sem modos

Um tanto vergonhosa e lamentável a invasão dos servidores municipais, representantes do Sindseesp e da APLB, no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador (CMS). Com direito a mordida e dedo na cara dos vereadores, o episódio chegou a ser comparado por alguns edis, com uma dose de exagero considerável, com o 8 de janeiro de 2023. Exagero ou não, é de condenar duramente o que foi visto.

Bela

ironia

E nesse episódio, a CMS virou palco de um espetáculo de ironia. As militâncias, em seu ardor, acabaram por mimetizar exatamente aquilo que tanto esbravejam contra-adireitabolsonarista. Parece que, no afã de combater a votação do reajuste salarial, esqueceram de olhar no espelho. E o reflexo, meu amigo, é de uma semelhança peculiar.

la ficar mais caro

O governo, como sempre pensando em como aquecer a economia e o nosso bolso, para não dizer o contrário, veio com uma medida daquelas na última semana. Mal a gente piscou em maio e as regras do IOF já iam mudar. Isso impactaria, inclusive, nas comprinhas internacionais na Shein e Shopee, dando aquela boa e velha "valorizada" básica. Em resumo, com a nova moda de colecionar taxas extras junto com os achadinhos da China, nem com uma desculpa nobre, de fortalecer a economia, se manteve por mais de um dia em vigor e já foi revogada pelo Ministério da Fazenda. Por pouco, mas muito pouco mesmo, os humildes caçadores de promoções online iriam, mais uma vez, pagar o pato, e mais taxas. Haddad vai acabar de enterrar o país e o terror do governo, o deputado federal Nikolas Ferreira, prepara seu novo vídeo para abalar as bases do Palácio do Planalto.

Travessia fantasma I

A novela da licitação do ferryboat da Bahia ganhou novos capítulos - agora com cenas gravadas na Grécia. Da suposta "vistoria técnica" que mais pareciaviagem de turismo, à farra dos guardanapos em pleno solo europeu, o enredo segue firme: quanto mais se mexe, pior fica. Enquanto o velho português continua rondando co-mosefossedonodaBaía de Todos-os-San-tos, movimentos ainda mais suspeitos surgem no tabuleiro: exigências técnicas "estranhamente específicas", prazos que dançam conforme a música e

critérios moldados sob medida para desestimular quem ousa disputar de verdade.

Travessia fantasma II

Concorrentes sérios relatam obstáculos inexplicáveis, acesso negado a informações básicas e um silêncio cúmplice por parte de servidores da Seinfra - que parecem mais interessados em proteger seus personagens favoritos do que garantir um processo justo e transparente. A travessia, que deveria unir Salvador a Itaparica, segue sendo usada para transportar interesses privados. E o povo? Esse segue à deriva, vendo um espetáculo que já não engana ninguém. Sobre aqueles que juram não estar mais envolvidos no processo - mas seguem com informações privilegiadas, palpite na mesa e cadeira cativa nos bastidores, todos sabem quem está, de fato, com o roteiro na mão.

Bandidagem passando dos limites

Neste último domingo Salvador ficou extremamente assustada com um tiroteio ocorrido na Praça Ana Lúcia Magalhães, Pituba, por volta das 11h30 da manhã. "No local, os militares confirmaram a presença de um homem ao solo, consciente, vítima de disparo de arma de fogo. O SAMU foi acionado e o homem socorrido para uma unidade de saúde", afirmou a PM em nota. O tiroteio, segundo relato de pessoas presentes, teria começado após tentativa de assalto na loja da Pague Menos que fica perto da praça, quando um policial civil à paisana teria reagido, dando início à confusão.

Apelo

educado

Apesar de ter ouvido um apelo educadíssimo de um visitante 01, que garantiu corrigir a malandragem da empresa que se diz Forte no ramo de alimentação hospitalar, o Carrasco não vai deixar de ir à fundo nas relações entre a Forte e membros do segundo escalão de uma serventia estadual. O 01 garantiu que iria "purificar" o ambiente nesse ramo mas parece enfrentar resistências na raia miúda. Em breve novidades estarrecedoras.

Enquadrada

A enquadrada da semana vai para um novo maloqueiro que surgiu no pedaço. O diretor licenciado do Sindicato dos Servidores (Sindseps), Bruno Carianha, agiu como um marginal agressivo. Além de chutar por várias vezes os seguranças que faziam a contenção em frente ao Elevador Lacerda, o meliante - mais parecido com um cão raivoso - teria mordido o

vereador Sidninho e estrangulou o vereador Maurício Trindade. Pessoas confidenciaram ao Carrasco que o troglodita estava armado nas dependências da CMS. Terminou preso e responderá a um processo penal que poderá lhe botar no seu devido lugar: atrás das grades.

**Site:**

**<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=1241&edicao=22947>**

# Reforma tributária vai simplificar os impostos

Com o objetivo de modernizar e simplificar o sistema tributário no Brasil, a **Reforma Tributária** já começará a ser implantada no Brasil, inicialmente em fase de testes, em 2026. De acordo com a economista-chefe do banco Santander, Ana Paula Vescovi, as mudanças vão tornar a tributação entre bens e serviços mais convergente com os padrões mundiais, além de trazer maior transparência para os cidadãos.

Uma das principais mudanças é a reorganização dos **impostos**.

Cinco **tributos** serão concentrados em uma só base, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A economista explica que ele será compartilhado entre a competência federal, que é a Contribuição sobre Bens e Serviços, o (CBS); e os **Impostos** sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. "O mais importante a destacar é que nós vamos ter uma base única tributável sobre esses cinco **impostos** que hoje vigoram ainda no Brasil: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS e IPI", detalha.

A **Reforma Tributária** será aplicada gradualmente. Em 2026, haverá alíquota de testes para o CBS e o IBS. Já de 2027 a 2033, as alíquotas subirão progressivamente enquanto os **tributos** atuais deixarão de ser cobrados.

## CONSUMIDORES

Entre as principais novidades para o consumidor está o imposto seletivo. "Esse imposto foi criado para incidir sobre produtos que são vistos como prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Por exemplo, os cigarros e bebidas alcoólicas", destaca Ana Paula.

A reforma também dará a oportunidade das pessoas de baixa renda utilizarem o cashback. Na prática, esse mecanismo funcionará com uma devolução parcial dos **impostos** pagos, por exemplo, sobre itens da cesta básica.

## EMPRESÁRIOS

Já para os empresários, de acordo com a economista, além dessa simplificação, pode haver também uma redução das estruturas de custos, em relação ao cumprimento das obrigações tributárias.

Porém, as empresas terão que fazer uma adaptação tecnológica.

Outra mudança apontada por Ana Paula é o fim da cumulatividade, em que o mesmo tributo é cobrado em várias etapas da cadeia produtiva. "A gente vai conseguir eliminar os **impostos** em cascata, o que reflete em um automatismo maior no reconhecimento de créditos.

Essa parte do direito ao crédito era o objeto de maior contestação judicial no sistema tributário brasileiro".

**Site:**

<https://digital.diariodepernambuco.com.br/20250526/>

# Há salvação para a indústria brasileira?

## (Artigo)

*Por Horacio Lafer, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski*

Horacio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski são empresários.

Cerca de três anos atrás publicamos neste Valor texto que destacava a importância da indústria para o Brasil e a necessidade de sua revitalização para garantir o desenvolvimento econômico sustentável. Reiterávamos, então, o papel crucial da indústria na arrecadação tributária, na geração de empregos qualificados e na inovação tecnológica.

Nossa reflexão focava em três grandes mudanças: 1. Melhoria do ambiente de negócios, incluindo **reforma tributária**, melhorias logísticas e regulatórias, além de investimentos em educação, ciência e tecnologia.

2. Adaptação às novas tendências globais, como a economia digital e a transição para a economia de baixo carbono.

3. Maior integração internacional, permitindo que a indústria brasileira importe e exporte livremente, tornando-se mais competitiva.

Mostrávamos que, nos últimos 15 anos, o Brasil crescera, mas sua indústria perdera espaço, especialmente no mercado internacional, concluindo assim com a defesa de um novo direcionamento, com políticas voltadas para inovação, internacionalização ativa e sustentabilidade, aproveitando seu potencial de se tornar um grande fornecedor global de produtos com baixa pegada de carbono, com sua matriz energética renovável e biodiversidade.

O artigo concluía que a indústria brasileira teria de digitalizar-se e integrar-se às cadeias globais, lembrando, contudo, que a pré-condição básica para tal seria termos um país com uma economia sadia, com as contas equilibradas, e, em decorrência, com juros decentes.

Pois bem, desde então nossa Opinião .

questões de desequilíbrios fiscais e baixa produtividade, manchete da edição de 25 anos deste jornal, apenas pioraram. Nas discussões fundamentais, que passaram por reformas e acordos,

embora tenha havido avanços nas áreas trabalhista e tributária, a soma de interesses cartoriais e lobbies já históricos aumentaram ainda mais seus malfeitos. E o Brasil, tão cheio de potencialidades, patina na imprevisibilidade e na insegurança jurídica que estupidamente insiste em não enfrentar.

Voltamos agora a insistir quanto aos espaços para um grande projeto de industrialização nacional, compatível com nossas potencialidades, ambicioso, mas realista, visionário, mas factível.

Um projeto vinculado à nova economia, digital, sustentável, com disponibilidade de terras e energia limpa, talento, capacidade empreendedora e saberes.

Mas de partida, na economia nada de falar de equilíbrio primário: precisamos tratar de déficit fiscal, o custo da dívida incluído.

De sair da armadilha de uma taxa de investimento estagnada. Da necessidade de um governo digital a favor, e não contra o cidadão, o empreendedor, as empresas de todos os portes. De uma economia integrada ao mundo, de um sistema de imposto de renda progressivo. De um suporte social à saída, não à permanência.

É preciso acelerar a agenda de reformas macro e microeconômicas.

Já é ultrapassada a hora para a revisão profunda de renúncias tributárias na forma de incentivos fiscais e subsídios que deixarão de arrecadar em **impostos** federais 4,53% do **PIB** brasileiro em 2026 ou seja R\$ 621 bilhões segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias recém-enviado pelo governo ao Congresso Nacional. Esse valor cresceu entre 2014 e 2024 à impressionante e injustificável velocidade de 8,9% ao ano. Regimes especiais de tributação como Simples e Lucro Presumido, benefícios para o agronegócio e incentivos regionais como a Zona Franca de Manaus, são exemplos de disposições do sistema tributário brasileiro que pedem urgente revisão dentre esse leque de mais de 120 tratamentos especiais, chamados de gastos tributários.

A agenda para colocar o país no rumo de uma economia dinâmica e moderna é uma tarefa dura, razão pela qual necessitamos de coragem, visão de

longo prazo, foco e firme determinação.

A COP30 está abrindo os olhos dos brasileiros para novas oportunidades, por meio do grande estoque de terras degradadas e o potencial de mercado para produtos novos, bioeconomia, minerais críticos, produtos alimentícios, farmacêuticos, madeireiros e transformados produzidos a partir de insumos que podemos gerar de maneira competitiva e com equilíbrio com a natureza. Um grande vendedor de créditos de carbono.

Claro que há muitos obstáculos a remover, como na regulação, na infraestrutura, e no custo de energia e gás natural. Os portos brasileiros, por exemplo, têm calado que não permite acesso a navios de grande porte. O gás natural brasileiro custa quatro vezes o americano.

Há uma enorme concorrência desleal, com a crescente sonegação, falsificação, fraude, contrabando em várias áreas, como o de combustíveis, fornecimento de água e energia elétrica, de cigarros de produtos da indústria têxtil, e em áreas como material desportivo, higiene pessoal e defensivos agrícolas. O grau de informalidade da economia brasileira atingiu níveis inaceitáveis. E por vezes parece que o mesmo ocorre com a complacência de parte dos poderes que deveriam combatê-la.

Há, por outro lado, avanços. O BNDES aumentou substancialmente o desembolso gerido com marcadores técnicos para a indústria, incluindo suporte à exportação, à inovação e a setores industriais como o de biocombustíveis e fármacos. A Finep, no biênio 2023/24, aplicou em inovação praticamente o dobro de recursos do que no biênio anterior. A Embrapii, com 93 unidades, já gerou mais de R\$ 6 bilhões em projetos de inovação industrial.

Há ainda, embora distantes do ideal, avanços da área de saneamento, com a sua progressiva privatização.

E por fim, oportunidades para o Brasil no novo cenário geopolítico, advindo das ações do governo americano. O Brasil pode transformar-se na fonte de produtos e serviços que o mundo obtinha antes de lugares como os mesmos Estados Unidos ou outros países indiretamente atingidos pelo crescimento do protecionismo.

Temos potencial de crescimento, de inclusão social, de enriquecimento do país. E bons diagnósticos para a construção de soluções.

Mas isso de nada resolverá se não nos desafiarmos, e encararmos a questão econômica com absoluta

prioridade. Sem fazê-lo estaremos condenados à decadência, talvez lenta, mas mesmo que gradual, seguramente inexorável.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188212>

# Os desafios e oportunidades da mineração em meio à Reforma Tributária

**Danandra Rocha +**

A mineração é um dos pilares do desenvolvimento econômico e industrial do Brasil, fornecendo matérias-primas essenciais para a infraestrutura e as cadeias produtivas do país. Hoje, o setor se encontra diante da esperada modernização do sistema tributário brasileiro, que oferece caminhos para um ambiente mais competitivo, mas também traz riscos que podem comprometer sua atratividade e segurança jurídica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o setor projeta investimentos de R\$ 68,4 bilhões no país entre 2025 e 2029, um aumento de 6,6% em relação ao período anterior. O minério de ferro lidera com 28,7% dos aportes previstos, seguido de investimentos significativos em questões socioambientais. Mas o cenário otimista convive com incertezas regulatórias.

## Imposto Seletivo

A aplicação do Imposto Seletivo sobre a extração de minério de ferro é um dos pontos mais sensíveis. A Vale, maior mineradora do país, alertou, em nota ao Correio, que essa medida vai na contramão dos objetivos da reforma. Segundo a empresa, o Brasil seria o único país do mundo a adotar a referida cobrança e enfatiza que o real objetivo seria desestimular bens prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas. Ela destaca que o minério de ferro é um insumo essencial e insubstituível para diversas cadeias produtivas, além de ter um papel essencial na transição energética e na descarbonização da economia global.

A empresa ainda destacou que um estudo da agência EY aponta que o Brasil já aplica a maior carga tributária sobre a mineração. E a adição de mais um tributo tornaria o país ainda menos competitivo frente aos seus concorrentes e poderia resultar na fuga de investimentos e na perda de arrecadação brasileira.

Na visão de Chicão Bulhões, executivo de Relações Institucionais da PRIO, a simplificação tributária é um avanço necessário, mas há riscos concretos: A reforma, em tese, ajudará a acabar com a guerra fiscal. Porém, os mecanismos que versam sobre essa distribuição são os royalties e as participações especiais. [...] Usar o Imposto Seletivo para resolver

isso não é a forma correta .

Ele lembra que o Congresso Nacional retirou a incidência do Imposto Seletivo sobre exportações na reta final da tramitação, mas o governo federal vetou esse dispositivo. Corremos o risco de exportar **tributos**, algo que os tribunais brasileiros já tinham pacificado. Não faz sentido aplicar o Imposto Seletivo sobre matérias-primas essenciais para toda a cadeia produtiva, mas faz ainda menos sentido aplicá-lo sobre bens e serviços exportados, prejudicando a competitividade do que é produzido no Brasil.

Bulhões enfatiza também que o setor de petróleo e gás, parente próximo da mineração, já sofre pesada carga tributária. 70% da sua renda é tributada.[...] Em cenários de maior volatilidade, como o que estamos vivendo com guerras tarifárias, cabe ao país fazer escolhas que poderão ser o diferencial entre estabilidade e competitividade ou risco de diminuição e fuga de investimentos.

## Perspectivas

O Ministério de Minas e Energia (MME), em nota ao Correio, afirmou que busca reforçar o ambiente de negócios para o setor mineral. Segundo a pasta, o atual cenário internacional - de transformações geopolíticas, digitais, energéticas e ambientais - elevou a importância dos minerais estratégicos, insumos essenciais para cadeias produtivas de alta tecnologia e para o cumprimento de metas de transição energética.

O órgão destaca que o Brasil está bem posicionado para liderar esse processo, com expressivas reservas de nióbio, terras raras, grafita, níquel e manganês. Para isso, aposta em ações coordenadas que incluem o Plano Nacional de Ferrovias - com investimentos previstos de R\$ 138,6 bilhões - e medidas como a criação de debêntures com benefícios fiscais para projetos ligados à transição energética.

Segundo a pasta, a infraestrutura e a logística desempenham papel estratégico para a competitividade da mineração brasileira, impactando diretamente o escoamento da produção, os custos operacionais e o acesso a mercados, e destaca uma política robusta para atrair investimentos e promover a mineração sustentável.

Entre os esforços, está a atualização do Guia para o Investidor Estrangeiro em Minerais Críticos e o lançamento de editais para apoiar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD I) na transformação mineral, com até R\$ 5 bilhões disponíveis.

O debate sobre o papel da mineração na chamada transição energética também foi abordado por Chicão Bulhões, que prefere o termo adição energética. Nunca houve na história humana uma transição. O consumo energético só deve aumentar, especialmente se quisermos combater a pobreza e as desigualdades sociais, argumenta.

Ele ressalta que novas tecnologias, como a inteligência artificial, demandarão ainda mais matérias-primas estratégicas. Os países mais pobres são aqueles cujo acesso à energia per capita é menor. [...] Não é justo que eles paguem esse preço. O Brasil tem uma oportunidade única no cenário global, mas precisa fazer o dever de casa.

A Vale avalia que a **reforma tributária** é positiva, desde que implementada com regulação bem conduzida. E que pode trazer para atividade mineral mais segurança jurídica, que é um pilar fundamental para um ambiente regulatório e tributário saudável. Para a mineradora, estabilidade, previsibilidade e confiança são indispensáveis para atrair investimentos de longo prazo.

Bulhões compartilha a visão de que a reforma tem potencial de modernização, mas alerta para os riscos: É preciso afastar o fantasma do Imposto Seletivo. O Brasil não pode trazer mais um risco nesse tema, deve permanecer competitivo e não onerar as suas exportações.

Diante da relevância e complexidade do tema, o Correio promoverá, no dia 3 de junho, o evento Brasil em Transformação: a mineração no Brasil e no exterior. A iniciativa reunirá especialistas e líderes do governo para debater os impactos da **reforma tributária** no setor mineral e as perspectivas para o país nesse novo contexto global.

A mineração é um dos pilares do desenvolvimento econômico e industrial do Brasil, fornecendo matérias-primas essenciais para a infraestrutura e as cadeias produtivas do país. Hoje, o setor se encontra diante da esperada modernização do sistema tributário brasileiro, que oferece caminhos para um ambiente mais competitivo, mas também traz riscos que podem comprometer sua atratividade e segurança jurídica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração

(Ibram), o setor projeta investimentos de R\$ 68,4 bilhões no país entre 2025 e 2029, um aumento de 6,6% em relação ao período anterior. O minério de ferro lidera com 28,7% dos aportes previstos, seguido de investimentos significativos em questões socioambientais. Mas o cenário otimista convive com incertezas regulatórias.

#### Imposto Seletivo

A aplicação do Imposto Seletivo sobre a extração de minério de ferro é um dos pontos mais sensíveis. A Vale, maior mineradora do país, alertou, em nota ao Correio, que essa medida vai na contramão dos objetivos da reforma. Segundo a empresa, o Brasil seria o único país do mundo a adotar a referida cobrança e enfatiza que o real objetivo seria desestimular bens prejudiciais à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas. Ela destaca que o minério de ferro é um insumo essencial e insubstituível para diversas cadeias produtivas, além de ter um papel essencial na transição energética e na descarbonização da economia global.

A empresa ainda destacou que um estudo da agência EY aponta que o Brasil já aplica a maior carga tributária sobre a mineração. E a adição de mais um tributo tornaria o país ainda menos competitivo frente aos seus concorrentes e poderia resultar na fuga de investimentos e na perda de arrecadação brasileira.

Na visão de Chicão Bulhões, executivo de Relações Institucionais da PRIO, a simplificação tributária é um avanço necessário, mas há riscos concretos: A reforma, em tese, ajudará a acabar com a guerra fiscal. Porém, os mecanismos que versam sobre essa distribuição são os royalties e as participações especiais. [...] Usar o Imposto Seletivo para resolver isso não é a forma correta.

Ele lembra que o Congresso Nacional retirou a incidência do Imposto Seletivo sobre exportações na reta final da tramitação, mas o governo federal vetou esse dispositivo. Corremos o risco de exportar **tributos**, algo que os tribunais brasileiros já tinham pacificado. Não faz sentido aplicar o Imposto Seletivo sobre matérias-primas essenciais para toda a cadeia produtiva, mas faz ainda menos sentido aplicá-lo sobre bens e serviços exportados, prejudicando a competitividade do que é produzido no Brasil.

Bulhões enfatiza também que o setor de petróleo e gás, parente próximo da mineração, já sofre pesada carga tributária. 70% da sua renda é tributada. [...] Em cenários de maior volatilidade, como o que estamos vivendo com guerras tarifárias, cabe ao país fazer escolhas que poderão ser o diferencial entre estabilidade e competitividade ou risco de diminuição e

fuga de investimentos.

#### Perspectivas

O Ministério de Minas e Energia (MME), em nota ao Correio, afirmou que busca reforçar o ambiente de negócios para o setor mineral. Segundo a pasta, o atual cenário internacional - de transformações geopolíticas, digitais, energéticas e ambientais - elevou a importância dos minerais estratégicos, insumos essenciais para cadeias produtivas de alta tecnologia e para o cumprimento de metas de transição energética.

O órgão destaca que o Brasil está bem posicionado para liderar esse processo, com expressivas reservas de nióbio, terras raras, grafita, níquel e manganês. Para isso, aposta em ações coordenadas que incluem o Plano Nacional de Ferrovias - com investimentos previstos de R\$ 138,6 bilhões - e medidas como a criação de debêntures com benefícios fiscais para projetos ligados à transição energética.

Segundo a pasta, a infraestrutura e a logística desempenham papel estratégico para a competitividade da mineração brasileira, impactando diretamente o escoamento da produção, os custos operacionais e o acesso a mercados, e destaca uma política robusta para atrair investimentos e promover a mineração sustentável.

Entre os esforços, está a atualização do Guia para o Investidor Estrangeiro em Minerais Críticos e o lançamento de editais para apoiar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD I) na transformação mineral, com até R\$ 5 bilhões disponíveis.

O debate sobre o papel da mineração na chamada transição energética também foi abordado por Chicão Bulhões, que prefere o termo adição energética. Nunca houve na história humana uma transição. O consumo energético só deve aumentar, especialmente se quisermos combater a pobreza e as desigualdades sociais, argumenta.

Ele ressalta que novas tecnologias, como a inteligência artificial, demandarão ainda mais matérias-primas estratégicas. Os países mais pobres são aqueles cujo acesso à energia per capita é menor. [...] Não é justo que eles paguem esse preço. O Brasil tem uma oportunidade única no cenário global, mas precisa fazer o dever de casa.

A Vale avalia que a reforma tributária é positiva, desde que implementada com regulação bem conduzida. E que pode trazer para atividade mineral mais segurança jurídica, que é um pilar fundamental

para um ambiente regulatório e tributário saudável. Para a mineradora, estabilidade, previsibilidade e confiança são indispensáveis para atrair investimentos de longo prazo.

Bulhões compartilha a visão de que a reforma tem potencial de modernização, mas alerta para os riscos: É preciso afastar o fantasma do Imposto Seletivo. O Brasil não pode trazer mais um risco nesse tema, deve permanecer competitivo e não onerar as suas exportações.

Diante da relevância e complexidade do tema, o Correio promoverá, no dia 3 de junho, o evento Brasil em Transformação: a mineração no Brasil e no exterior. A iniciativa reunirá especialistas e líderes do governo para debater os impactos da reforma tributária no setor mineral e as perspectivas para o país nesse novo contexto global.

#### Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/05/7156062-os-desafios-e-oportunidades-da-mineracao-em-meio-a-reforma-tributaria.html>

# Mudança no IOF (Cartas dos Leitores)

Como pode um governo anunciar uma medida à tarde (aumento do IOF) e no mesmo dia, à noite, cancelar parte dessa medida?

Parece uma turma de iniciantes, sem preparo, e só com vontade de aumentar a arrecadação, tomando medidas sem nenhum estudo mais profundo. Se já cancelou parte das medidas tão rápido, na hora que aparecer um vídeo do Nikolás Ferreira é bem provável que o IOF diminua.

A prova que a medida é tipo intempestiva é a declaração do ministro da Fazenda afirmando que o valor que foi cancelado arrecadaria menos que R\$ 1 bilhão.

Vital Romaneli Penha vitalromaneli@gmail.com

O governo continua no improviso, não investe nas reformas necessárias ao país e critica o BC quando aumenta os juros. Se pauta nos gastos e o cidadão paga a conta. Elevar o IOF não resolve o déficit, a carga tributária é enorme. Estamos reféns de uma equipe econômica, todos vimos que o tal do arcabouço fiscal não passou de uma farsa, e cortar na carne o governo não quer. Ele cortou sim, a carne de prato do cidadão. Na Argentina, Milei, para atrair riquezas de outros países, está flexibilizando o dólar, no Brasil a meta é aumentar **impostos** e tornar mais difícil comprar dólar, vide aumento do IOF. Mas o que fazer se no Brasil temos um presidente populista esticando a corda das dívidas mirando a sua reeleição?

Izabel Avallone izabelavallone@gmail.com

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188212>

# Fazenda planeja compensar recuo no IOF

**ALVARO GRIBEL BRASÍLIA**

A equipe econômica ainda aguarda o sinal verde do Palácio do Planalto para aumentar a contenção de gastos em R\$ 2 bilhões e compensar a perda de arrecadação com o recuo na cobrança de IOF sobre envio de recursos de fundos ao exterior.

Há duas dúvidas entre os técnicos: primeiro, se o governo fará um novo corte ou uma nova medida de arrecadação; segundo, se irá esperar até o próximo relatório Bimestral de Receitas e Despesas, em julho, para anunciar o corte ou se irá antecipar o anúncio.

O mais provável é que o contingenciamento seja feito agora, pela urgência do tema, e, no próximo Bimestral, o governo lance mão de uma medida arrecadatória para compensar. Com isso, esse contingenciamento adicional poderia ser revisto.

Na última quinta-feira, o governo promoveu uma contenção de gastos de R\$ 31,3 bilhões no Orçamento deste ano, mas surpreendeu com um aumento de IOF para previdência privada, câmbio e crédito para empresas.

Dentro dessas medidas, a que mais estressou o mercado financeiro foi a taxação do envio de recursos de fundos ao exterior, o que forçou o recuo do governo nessa medida específica.

O desejo de técnicos da Fazenda e do Planejamento é para que haja nova contenção de gastos, de R\$ 2 bilhões, que se somariam aos R\$ 31,3 bilhões (R\$ 20,7 bilhões em contingenciamento e R\$ 10,6 bilhões em bloqueio), e que isso seja divulgado imediatamente, não no próximo bimestre.

Isso ajudaria, na visão da equipe econômica, a dar uma sinalização de compromisso com o reequilíbrio fiscal e a superar os ruídos provocados pela medida, que foi vista como uma forma de controle de capitais.

A decisão final ainda depende do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sempre tem a palavra final sobre assuntos relacionados a cortes e bloqueios orçamentários. Lula e a Casa Civil também devem ser consultados sobre que ministérios devem sofrer os maiores cortes.

Na última sexta-feira, em entrevista em São Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo poderia aumentar o congelamento de gastos,

mas não deu a decisão como certa. "Podemos ter que ampliar o contingenciamento, ou alguma coisa desse tipo. Podemos ter que fazer, ao longo da semana, algum ajuste nesta faixa." 'BAIXAR A POEIRA'. O recuo rápido da Fazenda foi visto como necessário, diante da reação negativa, e agora há o entendimento de que é preciso esperar a poeira baixar, após o dólar a queda do dólar na última sexta-feira.

O entendimento por parte de alguns economistas do mercado financeiro de que o IOF mais caro pode ajudar o BC no controle da **inflação** foi bem recebido pela equipe econômica, já que essa "harmonização" entre as políticas fiscal e monetária era um dos objetivos da proposta.

A alta do dólar com o anúncio já era esperada por técnicos da equipe econômica, porque o IOF sobre o envio de recursos de fundos ao exterior significaria um "prêmio", ou taxação, sobre a compra de dólar, o que tenderia a encarecer a operação.

O forte aumento, contudo, assustou, e foi um dos componentes que pesaram para a revogação da medida.

Em entrevista ao jornal O Globo ontem, Haddad afirmou que o recuo na decisão "técnica" e não passou pelo presidente Lula (mais informações nesta página).

**DIFERENÇA.** No contingenciamento, o governo congela despesas quando há frustração de receitas, a fim de cumprir a meta fiscal (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida). Para este ano e para 2025, a meta é de zerar o déficit das contas públicas.

Já o bloqueio é realizado para cumprir o limite de despesas do arcabouço fiscal. Assim, quando há aumento de gastos obrigatórios (como aposentarias, por exemplo), o governo bloqueia despesas não obrigatórias (como custeio e investimentos) para compensar

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# IOF maior encarece crédito a empresas em meio a juro alto

**Álvaro Campos e Talita Moreira De São Paulo**

O anúncio do governo de elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pegou o setor bancário de surpresa e gerou críticas tanto pela forma como foi feito quanto pelo impacto que terá no crédito a empresas. A medida eleva o custo para as companhias em um momento em que as despesas financeiras já estão elevadas por causa do patamar dos juros no país.

A taxa Selic está em 14,75% ao ano. Esse patamar baliza o custo da captação bancária. As taxas do crédito embutem um spread sobre isso e levam em conta, também, a sinalização dos juros futuros. Agora, ao custo se somará ainda o IOF majorado. A alíquota passou de 1,88% para um teto de 3,5% ao ano no crédito a pessoa jurídica, e de 0,88% para 1,95% no caso das empresas do Simples.

A alta deve ajudar a esfriar o crédito, que vem crescendo em ritmo forte a despeito do ciclo de aperto monetário promovido pelo Banco Central (BC). Nesse contexto, alguns gestores passaram a ver mais espaço para a autoridade monetária interromper a alta da Selic.

Segundo o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), o ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, os associados estão finalizando um estudo para mostrar ao governo o efeito das medidas. Em algumas linhas, o custo do crédito crescer significativamente, segundo ele. Em outros casos, "se há uma empresa que já parte de uma taxa de 15%, com o IOF, vai para 19%". "É muita coisa. E afeta todos, de MEIs [microempreendedores individuais] às grandes empresas", disse Maia em entrevista ao Valor.

Ele afirmou que a CNF não foi procurada pela equipe econômica para discutir a questão e lembrou que o IOF é um imposto extrafiscal, ou seja, não deveria ter objetivo arrecadatório. "É grave utilizar um instrumento que gera enorme imprevisibilidade para as empresas. Quando se tem um imposto novo ou mudança de alíquota, você tem noventa e anualidade justamente para os atores econômicos poderem se preparar."

Maia elogiou o recuo na questão do IOF para transações externas de fundos de investimento, mas

disse que o governo ainda precisa ajustar alguns pontos na questão cambial e de seguros. "Estamos conversando com outros atores, queremos encontrar um caminho para mostrar para o governo, através do diálogo, que a sociedade não aceita mais aumento de carga tributária. Quem está sendo punido não é o banco, que é apenas um intermediador; quem está sendo punido é o tomador final, porque o crédito vai ficar mais caro."

Empréstimos e financiamentos a pessoa jurídica somam R\$ 2,456 trilhões e representam 37,9% do crédito total do país. Depois de atingir um pico no ritmo de crescimento anual de 10,2% em novembro, a carteira desacelerou e chegou a 7,4% em março. Enquanto o crédito livre PJ (R\$ 1,544 trilhão) sobe 5%, o direcionado (R\$ 911,4 bilhões) avança 11,8%.

Em entrevista à GloboNews com participação do Valor, na sexta-feira, o CEO do Bradesco, Marcelo Noronha, afirmou que a elevação do IOF equivale a uma alta de 0,2 a 0,5 ponto percentual na Selic. Segundo ele, se isso se concretizar e o Banco Central perceber esse efeito nas suas análises, a curva de juros poderia se estabilizar mais rapidamente. "Naturalmente vamos ver uma economia um pouco menos acelerada para frente", disse.

Noronha também afirmou ter levado à Fazenda, após o anúncio, outro ponto de preocupação: a assimetria entre operações de crédito bancário, sujeitas à tributação aumentada, e emissões de dívida no mercado de capitais, que ficaram de fora. "Nossa sugestão também é de que eles façam uma correção em cima disso, porque vai ser positivo para o mercado."

Nesse caso, vale lembrar que empresas de menor porte em geral não têm acesso ao mercado de capitais. Dependem do crédito bancário para se financiar.

"O custo financeiro das operações de crédito sobe de forma imediata, isso em um contexto de **inflação** elevada, juros elevados por um longo período [Selic], início de desaceleração de atividade, ou seja, tem efeito agregado negativo", diz Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi).

O Ministério da Fazenda afirmou que o aumento do IOF para crédito a PJ tinha como objetivo uniformizar o tratamento tributário entre pessoas físicas e jurídicas. "Até então, as pessoas jurídicas estão sujeitas a alíquotas diárias significativamente inferiores às das pessoas físicas, o que acarreta distorções concorrenciais e compromete a isonomia do sistema tributário", disse em nota.

Além do aumento na alíquota, foram incluídas na tributação algumas empresas que aderem ao Simples Nacional, grandes cooperativas tomadoras de crédito e operações de financiamento e antecipação de pagamentos a fornecedores ("forfait" ou "risco sacado"), que serão classificadas expressamente como crédito - e, dessa forma, ficam suscetíveis ao IOF.

As operações de risco sacado são aquelas em que uma determinada empresa - varejista ou indústria - firma convênio com um banco para permitir que seus fornecedores antecipem os valores que têm a receber. Nesse caso, varejista ou indústria - o sacado - tem de pagar o banco no dia do vencimento da duplicata. A modalidade se tornou conhecida porque foi um dos elementos da fraude da Americanas.

Esse ponto deve ser alvo de questionamentos jurídicos. Os bancos ainda estão debruçados sobre o assunto, mas alguns advogados argumentam que pagar obrigação própria antes do vencimento não tem característica de crédito e, portanto, sobre esse tipo de operação não poderia incidir IOF.

"Quando essa antecipação é feita sem coobrigação, está pacificado do ponto de vista jurídico que não é uma operação de crédito. Agora, se há a coobrigação - ou seja, se o sacado não paga, eu cubro do cedente - aí sim é uma operação de crédito", diz um executivo de banco. Segundo ele, se o IOF for mantido, as operações de risco sacado, que hoje somam um estoque entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões, tornam-se inviáveis.

Para um advogado, a percepção é que o IOF sobre o risco sacado é "altamente questionável". Também parece claro que não pode haver IOF em operações de fundos de investimento de direitos creditórios (FIDC) e antecipação de recebíveis de cartão feitas por instituições de pagamento. "É claro que isso do risco sacado vai gerar um contencioso", diz Maia, da CNF.

"A mudança no tratamento de recebíveis pode desestruturar o setor varejista, obrigando empresas a reconhecerem esses valores como dívida. Isso pode gerar chamadas de capital, quebrar empresas,

afetando empregos e arrecadação", escreveu no X (antigo Twitter) Rafael Furlanetti, diretor da XP e presidente da Ancord. Para analistas do Citi, uma vez que os bancos tendem a transferir custos para os clientes, isso "poderá traduzir-se em níveis mais elevados de inadimplência", mas ainda é cedo para quantificar o impacto.

As medidas vêm em um cenário já difícil para as empresas. O custo financeiro elevado é um desafio, já que muitas vezes o resultado operacional é insuficiente para compensá-lo. "Quantos setores dão retorno acima de 15%?", questionou um advogado especializado em reestruturação de dívidas antes do anúncio do IOF.

Nas divulgações de resultados do primeiro trimestre, no começo deste mês, os CEOs dos grandes bancos descartaram a chance de uma crise de crédito, mas reconheceram que houve piora em alguns portfólios, como agronegócio e companhias de médio porte, diante da conjuntura. "As empresas que entraram nesse ciclo [de juros] mais estabilizadas aguentam um certo tanto, mas não conseguem, necessariamente, aguentar um ciclo de cinco, seis anos de alta", disse na ocasião o presidente do Santander, Mario Leão.

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) disse em nota que o aumento do imposto representa mais um fator de pressão sobre a renda, podendo contribuir para o aumento da inadimplência e afetar os setores produtivos. A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) não se manifestou.

"Se os riscos no cenário se mantiverem, o crédito fica um pouco mais restritivo. Isso tende a bater na atividade e aumentar as condições para o juro cair", avalia Carlos Eduardo Rocha, presidente-executivo (CEO) e sócio-fundador da Occam Brasil.

(Colaboraram Adriana Mattos e Bruna Furlani)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188212>

# STF valida planos econômicos e prorroga adesão a acordo

**Marcela Villar De São Paulo**

Um dos maiores litígios envolvendo instituições financeiras no Judiciário se aproxima do fim. O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que os planos econômicos criados na década de 1990 - Bresser, Verão, Collor I e Collor II - são constitucionais. A decisão dá vitória aos bancos, mas prorroga por mais dois anos o prazo para adesão de poupadores ao acordo homologado pela Corte para receberem indenização.

A discussão se arrasta há mais de 30 anos na Justiça e está desde 2008 no Supremo. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), são quase 400 mil ações sobre o assunto pendentes de desfecho. Cerca de 14 mil foram julgadas antes da suspensão nacional dos processos, que dura mais de uma década. A decisão da Corte deverá ser replicada nessas ações. Ainda cabe recurso, mas especialistas indicam ser difícil a reversão do entendimento.

Por unanimidade, venceu o voto do relator, ministro Cristiano Zanin, que seguiu o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), bancos e entidades representativas de consumidores. O julgamento se encerrou na sexta-feira, no Plenário Virtual.

O prazo de adesão ao acordo, homologado em 2018 pelo STF, já foi prorrogado duas vezes e os poupadores tiveram sete anos para aderirem. Nele, desistem das ações judiciais em troca de indenização que representa, em média, 20% do que teriam direito se mantivessem o processo. Em alguns casos, chega a 10%.

Quando a ação chegou no STF, as estimativas de impacto de associa-

ções do sistema financeiro variavam entre R\$ 100 bilhões e R\$ 1 trilhão. Os bancos pagaram, até agora, cerca de R\$ 5 bilhões nos 326 mil acordos firmados até fevereiro.

Por isso, a decisão do STF foi comemorada pelos bancos, que ainda poderão limpar seus balanços - muitos ainda têm provisões bilionárias, como já mostrou o Valor. Mas advogados de titulares de poupança criticaram o entendimento do STF.

O argumento dos poupadores é de que os bancos usaram as leis que criaram os planos econômicos de forma indevida. Aplicaram índices de forma abrupta e retroativa, o que gerou remuneração menor do que a **inflação**, violando as garantias constitucionais do direito adquirido e ato jurídico perfeito.

Já a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), autora

da ação, sustenta que não há direito adquirido quanto a normas monetárias, pois, por terem natureza de ordem pública, devem incidir de imediato. Argumentam que só cumpriram determinação do governo.

No voto, Zanin diz que "ainda que a implementação desses planos tenha gerado consequências negativas para poupadores à época, é imperioso reconhecer que guardam conformidade com a Constituição, uma vez que cabe ao Estado preservar a ordem econômica e financeira, nos termos do artigo 170 da Constituição Federal" (ADPF165).

E adiciona: "Ainda que um número relevante de poupadores tenha celebrado acordo com a instituição bancária, resolvendo definitivamente o conflito, entendo necessário manter aberta a possibilidade de novas adesões, afastando qualquer

prejuízo àqueles que ainda não buscaram os valores a que têm direito".

Já para o advogado Marcelo Figueiredo, do Marcelo Figueiredo Advogados Associados, os planos deveriam ser declarados inconstitucionais. "Alterou o padrão monetário e causou prejuízo aos poupadores, afrontando o direito adquirido".

Marcus Vinicius Vita, do Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados, que representa a Consif, diz que a decisão "equalizou interesses". "Prestigiou os poupadores e não puniu os bancos ao impô-los um prejuízo financeiro decorrente da mera observância de regras monetárias dos governos do passado".

Para Renato André de Souza, do Carramaschi e Souza Sociedade de Advogados, que representa poupadores, o voto de Zanin "desconsidera jurisprudência pacífica do STF com

relação ao não cabimento da ADPF quando não demonstrada a divergência constitucional". Também diz que há precedentes do STF sobre a inaplicabilidade de lei superveniente a contrato iniciado (RE 205193).

Em nota à imprensa, a AGU disse que "a decisão é um capítulo final nos períodos de **inflação** descontrolada(...) com a garantia de manutenção do poder de compra da moeda brasileira". Já a Frente Brasileira Pelos Poupançadores (Febrapo) avalia recurso para contemplar poupançadores que não querem aderir ao acordo.

O acordo foi firmado entre a Federação Brasileira de Bancos (Febrab), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Febrapo e AGU. Podem aderir poupançadores que ajuizaram ações individuais ou executaram sentenças de ações coletivas até 11 de dezembro de 2017.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188212>